



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

14139 - Resumo Expandido - Trabalho - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT05 - Estado e Política Educacional

NOVO ENSINO MÉDIO: REFORMAR A REFORMA?

Denise Maria Reis - UFSCar - Universidade Federal de São Carlos

NOVO ENSINO MÉDIO: REFORMAR A REFORMA?

Resumo: Com a gestão pública e as políticas sociais de caráter neoliberal no Brasil, verifica-se a apropriação da educação pelo empresariado que busca atingir seus interesses de embate ideológico por meio de incessantes reformas. O discurso acerca do currículo flexível, da liberdade de escolha de itinerários formativos pelos(as) estudantes e da ampliação da carga horária do novo ensino médio implica, no plano concreto, uma definição compulsória daquilo que cada escola for capaz de ofertar mediante sua realidade local e orçamentária. Este trabalho visa discutir o atual momento do novo ensino médio, apoiando-se em resultados e discussões de uma pesquisa de pós-doutorado em educação. A política do ensino médio encontra-se em meio a intensa discussão e disputa no país: o cronograma de sua implementação foi suspenso pelo Ministério da Educação (MEC) e consultas públicas serão realizadas para avaliação e reestruturação da política pelo órgão. De um lado, estão as forças que almejam a adoção de ajustes à reforma, mas mantendo-se a perspectiva empresarial para o ensino e a gestão escolar. De outro, reivindica-se o debate ampliado, democrático e participativo com diversos atores acerca do ensino médio que a sociedade brasileira deseja.

Palavras-chave: Novo ensino médio, Reforma do ensino médio, BNCC, Política educacional.

A perspectiva neoliberal de gestão pública e das políticas sociais é observada no país já nas últimas décadas do século passado, implicando vigorosas ações reformistas do Estado brasileiro e da própria educação nacional (CARINHATO, 2008). Adotar e manter o

neoliberalismo na concepção e desenvolvimento de políticas sociais, incluindo as educacionais, evidencia o anseio ideológico de sobrepor o privado sobre o público (FREITAS, 2012).

O empresariado, por meio de seus institutos e fundações, realiza o sequestro da educação para recepcionar seus interesses de embates ideológicos e de proposições educacionais que não alcançam a tal a qualidade propalada, exigindo, continuamente, novas reformas impostas de modo arbitrário às comunidades escolares (FREITAS, 2018).

Considerando esse cenário da política educacional brasileira, o presente trabalho tenciona discutir o atual momento do novo ensino médio em que o cronograma de sua implementação foi suspenso pelo Ministério da Educação (MEC) e consultas públicas serão realizadas para avaliação e reestruturação da política pelo órgão. Para isso, apoia-se em resultados e discussões de pesquisa de pós-doutorado em educação desenvolvida com auxílio de bolsa do Programa Nacional de Pós-Doutorado da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (PNPD/CAPES), entre os anos de 2018 e 2019, sobre a reforma e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do ensino médio.

Com a participação de oito escolas de ensino médio da rede estadual de Pouso Alegre, Minas Gerais, entrevistas em formato semiestruturado (FLICK, 2004) e observação (BEAUD; WEBER, 2014) de situações do cotidiano docente e gestor foram adotadas como procedimentos metodológicos para a coleta dos dados que, posteriormente, tratados em temas e categorias, foram examinados a partir da análise de conteúdo (LAVILLE; DIONNE, 1999) e de uma perspectiva crítico-dialética (GAMBOA, 2007).

Entre os 10 docentes entrevistados ^[1], verificou-se o entendimento de que os(as) estudantes poderem escolher os itinerários formativos era, a princípio, benéfico para a sua formação. Ao mesmo tempo, ponderaram sobre a falta de maturidade dos(as) estudantes para realizarem escolhas, bem como sobre as dificuldades de condições materiais para o desenvolvimento de um currículo efetivamente flexível. Foram também as condições concretas a base de questionamento a respeito do aumento progressivo da carga horária do ensino médio como elemento favorecedor de uma educação de qualidade.

Com os(as) estudantes, observou-se um grande desconhecimento sobre o novo ensino médio, mas, assim como os(as) docentes, responderam positivamente à proposta dos itinerários formativos, pois poderiam *escolher* a área que mais gostavam de estudar ou na qual desejavam seguir profissionalmente. O aumento da carga horária também foi o aspecto mais questionado por obstaculizar a combinação entre estudo e trabalho.

Vale destacar também a compreensão de um diretor de escola para quem o novo ensino médio seria uma política conservadora e, mais ainda, reacionária, por retirar a discussão sobre identidade de gênero da BNCC, pelo caráter burocrático e simulado da participação e protagonismo dos(as) estudantes na gestão escolar e pela oferta precarizada de

formação profissional. Em outra escola, a supervisora pedagógica entendia que os itinerários formativos melhorariam o ensino médio, embora tenha lançado desconfiança sobre a possibilidade do ensino presencial tornar-se a distância e que isso acarretaria prejuízos à formação dos(as) estudantes que não teriam a autonomia discente exigida pela modalidade de ensino.

As percepções dos sujeitos participantes da pesquisa vão ao encontro do que Motta e Frigotto (2017) destacam acerca da reforma do ensino médio: o discurso de um currículo mais flexível que permite o(a) estudante escolher o seu itinerário formativo perfaz, na prática, uma resolução arbitrária por aquilo que a escola der conta de ofertar devido à sua realidade local e possibilidades orçamentárias, e dentro de uma conformação obrigatória de horas. Reafirma-se a ausência, minimamente necessária, de infraestrutura e de profissionais da educação para tornar o ensino médio em etapa de período integral (SILVA; SCHEIBE, 2017; MOURA; LIMA FILHO, 2017).

Três anos após a realização da pesquisa, lecionando sociologia e o itinerário formativo *cultura em movimento* no novo ensino médio em duas escolas da rede pública estadual de São Paulo, foi possível observar estudantes, professores(as) e gestores(as) ainda pouco informados sobre a reforma e a BNCC do ensino médio. Estudantes, mais do que o corpo docente, permaneciam insatisfeitos com o aumento da carga horária e com o acréscimo de “outras matérias”, tais como, projeto de vida, eletivas e itinerários formativos. Grande parte relatou não lembrar da “escolha” do itinerário formativo *cultura em movimento*.

Em 2023, o MEC publicou a Portaria nº 627 em 04 de abril (BRASIL, 2023b) suspendendo o cronograma nacional de implementação do novo ensino médio, instituído pela Portaria MEC nº 521, de 13 de julho de 2021 (BRASIL, 2021), após inúmeras pressões de entidades, movimentos sociais, docentes, estudantes, pesquisadores(as), entre outros. A suspensão ocorrerá pelo prazo de 60 dias após o término da consulta pública para a avaliação e reestruturação da política nacional de ensino médio, estabelecida pela Portaria MEC nº 399, de 8 de março de 2023 (BRASIL, 2023a).

Encontramo-nos num momento de intenso debate e disputa por projetos distintos de ensino médio. E essa confrontação não é recente. Ao contrário, desde sua origem, a nova reforma do ensino médio recebeu apoios e críticas de diferentes atores sociais, mas foram aqueles vinculados ao empresariado que exerceram um duplo domínio: o de formulação/disseminação da política educacional, colocando-se no lugar de fala da *sociedade civil*, e o de implementação/execução dessa política nas redes de ensino públicas enquanto figuras de *parceria* dos governos estaduais (CÁSSIO; GOULART, 2022). Estudantes, docentes, gestores escolares, famílias, sindicatos e movimentos sociais “participaram”, sob controle, de algumas consultas públicas e enquetes, implementando nas escolas públicas o que as secretarias estaduais de educação e seus parceiros empresariais definiram entre si nos gabinetes (CÁSSIO; GOULART, 2022).

A *Carta Aberta pela revogação da reforma do ensino médio (Lei 13.415/2017)*^[2], subscrita em 08 de junho de 2022 por centenas de entidades, sindicatos, grupos de pesquisa, fóruns e movimentos sociais do campo educacional brasileiro, lista 10 pontos que sustentam a argumentação de tornar sem efeito o novo ensino médio e de reivindicar a abertura de um amplo processo de discussão participativa e democrática sobre esta etapa de ensino.

No lugar da revogação do novo ensino médio ou, pelo menos, da Portaria MEC nº 521/2021 que trata do seu cronograma de implementação, o MEC resolveu apenas suspender os prazos em curso, sinalizando a possibilidade de realizar *ajustes/adequações* na política. O que o campo progressista tem argumentado é que o novo ensino médio apresenta problemas em sua concepção e não apenas em sua implementação como querem fazer crer os grupos vinculados ao empresariado.

Nas palavras de Mônica Silva (2023, p. 11-12), pesquisadora e integrante do Movimento Nacional em Defesa do Ensino Médio,

diante da alegação de que a revogação significaria retroceder ao “velho” Ensino Médio, o que tenho a dizer é que se o “velho Ensino Médio” não era bom, esse “Novo Ensino Médio” é muito pior! E, diante do argumento de que não se tem outra proposta, isso também não é verdadeiro: temos como proposta que se tome como referência para um novo Projeto de Lei as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM) aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação em 2012 e que não chegaram a ser implementadas.

Para Cássio e Goulart (2022), o início da implementação do novo ensino médio nas unidades da federação gerou inúmeras indagações e colocou em xeque as três grandes promessas da reforma – flexibilização curricular e liberdade de escolha aos(as) estudantes, aumento da carga horária e de escolas de tempo integral, e qualificação profissional para quem não quisesse prosseguir com os estudos em nível superior. Portanto, na visão dos autores, a reforma é *irreformável*, pois “seus efeitos perversos, que já estão sendo observados nas pesquisas, não são tratáveis ou corrigíveis por meio de ‘revisões’ da política educacional. Eles são estruturais [...]” (CÁSSIO; GOULART, 2022, p. 290). O novo ensino médio não vem acompanhado de avultados investimentos nas escolas públicas.

Com efeito, as medidas do dever de educar na história da educação brasileira, do período colonial até os dias de hoje, apontam a tendência do poder público em, primeiramente, protelar um financiamento público robusto na educação nacional e, conseqüentemente, em transferir a sua responsabilidade pela efetivação da política educacional para a sociedade, preservando para si o poder decisório, regulatório e avaliativo dos sistemas e instituições, além dos resultados alcançados pelo desempenho dos estudantes (SAVIANI, 2013).

E com avanço do neoliberalismo no país sem ferir, explicitamente, os princípios da

Constituição Federal de 1988, observamos o que Dagnino (2011 apud CONTI; RISCAL; SANTOS, 2012) denomina de confluência perversa entre dois projetos com perspectivas antagônicas, mas que empregam discursivamente algumas palavras-chave em comum – democracia, autonomia, participação: de um lado, um projeto político-democrático popular que valoriza a participação e a gestão democrática, e, de outro, o projeto neoliberal que valoriza a iniciativa privada e a privatização de serviços públicos.

A política do ensino médio permanece em disputa no Brasil. Há os que querem “reformular a reforma” e persistir num modelo de ensino e de gestão que se pauta por parâmetros empresariais de eficiência, eficácia e produtividade. E há os que lutam: i) por mais financiamento público (com gestão pública) às escolas públicas; ii) pelo debate com diversos atores sociais de forma ampla, democrática e participativa, escutando verdadeiramente o que dizem os(as) estudantes, docentes, gestores(as) escolares, famílias, movimentos sociais, instituições de pesquisa, sindicatos, entre outros, acerca do ensino médio que desejam à(s) juventude(s) brasileira(s).

REFERÊNCIAS

BEAUD, Stéphane; WEBER, Florence. **Guia para a pesquisa de campo**: produzir e analisar dados etnográficos. Tradução Sérgio de Almeida. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Portaria nº 521, de 13 de julho de 2021**. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-521-de-13-de-julho-de-2021-331876769>. Acesso em: 18 abr. 2023.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Portaria nº 399, de 08 de março de 2023a**. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-399-de-8-de-marco-de-2023-468762771>. Acesso em: 18 abr. 2023.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Portaria nº 627, de 04 de abril de 2023b**. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-627-de-4-de-abril-de-2023-475187235>. Acesso em: 18 abr. 2023.

CARINHATO, Pedro H. Neoliberalismo, reforma do Estado e políticas sociais nas últimas décadas do século XX no Brasil. **Aurora**, ano II, n. 3, p. 37-46, dez. 2008.

CÁSSIO, Fernando; GOULART, Débora C. A implementação do Novo Ensino Médio nos

estados: das promessas da reforma ao ensino médio nem-nem. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 16, n. 35, p. 285-293, mai./ago. 2022.

CONTI, Celso L. A.; RISCAL, Sandra A.; SANTOS, Flávio R. **Organização escolar**: da administração tradicional à gestão democrática. São Carlos: EdUFSCar, 2012.

FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução Sandra Netz. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FREITAS, Luiz C. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 33, n. 119, p. 379-404, abr./jun.2012.

FREITAS, Luiz C. **A reforma empresarial da educação**: nova direita, velhas ideias. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

GAMBOA, Silvio. **Pesquisa em educação**: métodos e epistemologias. Chapecó: Argos, 2007.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Tradução Heloísa Monteiro & Francisco Settineri. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

MOTTA, Vânia; FRIGOTTO, Gaudêncio. Por que a urgência da reforma do ensino médio? Medida Provisória nº 746/2016 (Lei nº 13.415/2017). **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 139, p. 355-372, abr./jun. 2017.

MOURA, Dante; LIMA FILHO, Domingos. A reforma do ensino médio: regressão de direitos sociais. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 11, n. 20, p. 109-129, jan./jun. 2017.

SAVIANI, Demerval. Vicissitudes e perspectivas do direito à educação no Brasil: abordagem histórica e situação atual. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 34, n. 124, p. 743-760, jul./set. 2013.

SILVA, Monica; SCHEIBE, Leda. Reforma do ensino médio: pragmatismo e lógica mercantil. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 11, n. 20, p. 19-31, jan./jun. 2017.

SILVA, Monica. A reforma do ensino médio no Brasil. [Entrevista cedida a] Altair Alberto Fávero e Éder da Silva Silveira. **Revista Espaço Pedagógico**, Passo Fundo, RS, v. 30, e14467, 2023.

[1] Responsáveis pelas aulas de sociologia. A pesquisa teve como objetivo geral analisar as repercussões da reforma do ensino médio e da implantação da sua BNCC no ensino e prática docente de sociologia.

[2] Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1611/1128>. Acesso em: 18 abr. 2023.